

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3/2026 - ANA/SEI

Processo nº 02501.009551/2025-80

Brasília, 12 de junho de 2026.

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de empresa para prestação dos serviços comuns de transporte aéreo nacional de cargas e encomendas, sistema porta-a-porta, por demanda, incluindo os percursos rodoviário e fluvial (se necessário) nas operações necessárias à coleta e à entrega de carga, para atendimento às demandas de transporte da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	PESO ANUAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (60 MESES)
1	25208	Serviços comuns de transporte aéreo nacional de cargas e encomendas, sistema porta-a-porta, por demanda, incluindo os percursos rodoviário e fluvial (se necessário) nas operações necessárias à coleta e à entrega de carga	4.050 Kg	R\$ 414.610,65	R\$ 2.073.053,25

1.2. A tabela de preços unitários máximos para o agenciamento do transporte aéreo de volumes e a tabela das tarifas de preços unitários estimados para o frete aéreo das companhias aéreas homologadas pela ANAC encontram-se disponíveis no Anexo I – Tabelas de Preços.

1.3. O valor global deverá observar, para fins de aceitabilidade, os valores máximos unitários estabelecidos nas tabelas mencionadas no item 1.2.

**1.3.1. Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.5. O fornecimento do serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que sua interrupção poderia prejudicar as atividades da contratante, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, conforme Estudo Técnico Preliminar

## **Prazo de vigência**

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 60 meses contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. Por se tratar de um serviço de natureza continuada, o prazo será de 60 meses, considerando os princípios constitucionais da razoabilidade, celeridade e economia processual, além de ser vantajoso para a ANA. Esse prazo garante um planejamento mais efetivo das atividades administrativas, fortalece a gestão, evita a suspensão de determinadas atividades básicas da Agência e dependentes de contratos dessa natureza, e concede mais tempo para que os colaboradores da fiscalização contratual se dediquem a outras tarefas em sua rotina profissional. Além disso, os custos administrativos com prorrogação contratual são reduzidos, por ser realizada somente uma vez, e previne-se a realização de outro certame licitatório a curto prazo. Essa vigência também garante maior segurança para as empresas participantes do certame licitatório para ofertar seus preços, tendo em vista a estabilidade que lhes é oferecida no negócio.

1.8. A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I - ID PCA no PNCP: 04204444000108-0-000001/2026
- II - Data de publicação no PNCP: 25/04/2025
- III - Id do item no PCA: 6
- IV - Classe/Grupo: 662
- V - Identificador da Futura Contratação: 443001-37/2026

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no [Guia Nacional de Contratações](#)

## Sustentáveis da AGU:

4.1.1. Em atendimento à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e ao Decreto 7.746, de 5 de junho de 2012, a Contratada deverá atender a todos os critérios de sustentabilidade ambiental exigidos no Termo de Referência.

4.1.2. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços que envolvam a coleta e a entrega das cargas deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

4.1.3. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços que envolvam a coleta e a entrega das cargas deverão utilizar o combustível renovável (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc.), inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998.

4.2. A Contratada deverá priorizar, sempre que possível, a utilização de meios eletrônicos para o envio de documentos, comunicações, comprovantes de coleta, entrega e demais registros relacionados à execução contratual, visando à redução do consumo de papel e de outros insumos.

4.3. A Contratada deverá orientar seus empregados quanto à racionalização do uso de recursos e à adoção de práticas ambientalmente responsáveis durante a execução dos serviços, observando a legislação ambiental vigente e as normas aplicáveis às atividades de transporte e logística.

4.4. Sempre que tecnicamente viável e sem prejuízo à eficiência da prestação dos serviços, deverão ser adotadas medidas que contribuam para a redução dos impactos ambientais decorrentes das operações de transporte, especialmente quanto à otimização de rotas e à redução de deslocamentos desnecessários.

4.5. A Contratada deverá observar a legislação ambiental aplicável às suas atividades e manter, durante toda a execução contratual, as condições necessárias ao seu regular funcionamento perante os órgãos competentes.

4.6. Adicionalmente, declara-se que a presente contratação está alinhada ao Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) da Contratante, estando em consonância com suas diretrizes, objetivos e metas institucionais voltadas à sustentabilidade, especialmente no que se refere à otimização do uso de recursos, à redução de emissões de poluentes e à promoção de práticas ambientalmente responsáveis.

### **Requisitos Técnicos e Operacionais:**

4.6.1. A contratada deverá possuir capacidade técnica, operacional e logística compatível com o objeto da contratação, de modo a assegurar a execução contínua e adequada dos serviços de transporte aéreo nacional de cargas e encomendas, em sistema porta a porta, por demanda, durante toda a vigência do contrato.

4.6.2. Os serviços deverão ser prestados em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

4.6.3. A execução dos serviços terá início após a assinatura do contrato e ocorrerá exclusivamente conforme a necessidade da contratante, mediante solicitação formal ou emissão de Ordem de Serviço, não havendo garantia de demanda mínima.

4.6.4. Todos os custos necessários à execução dos serviços, inclusive aqueles relacionados a logística complementar, armazenagem temporária, deslocamentos, recursos humanos e encargos legais, serão de responsabilidade da contratada.

### **Subcontratação**

4.7. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total de cada demanda de transporte, nas seguintes condições:

4.7.1. é vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

4.7.2. nos trechos em que for necessário, ou mais adequado, o transporte por via aérea, rodoviário ou fluvial.

4.7.3. nos redespachos e remessas de emergência, quando necessário.

4.8. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual.

4.9. A subcontratação fica limitada à autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

#### **Contratação sob a Forma de Consórcio**

4.10. Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

#### **Garantia da contratação**

4.11. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.12. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.12.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.12.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.12.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.12.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.12.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato a garantia, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.13. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.14. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.15. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.16. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.16.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.17. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.17.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.17.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.17.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.18. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.19. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.20. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.21. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.22. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.23. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.23.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.23.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.24. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.24.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.24.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.25. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.26. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.27. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.28. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## **Vistoria**

- 4.29. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

### **Especificações Técnicas - Obrigatoriedade de Emissão da Declaração de Conteúdo Eletrônica (DC-e)**

4.30. A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA é autarquia federal dotada de imunidade tributária, nos termos do art. 150, inciso VI, alínea “a”, c/c § 2º da Constituição Federal, bem como isenta das contribuições ao PIS/PASEP e à COFINS, conforme art. 9º, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 10.865/2004, e não possui inscrição estadual nem emite Nota Fiscal, a contratada deverá observar o disposto a seguir:

4.31. A contratada, no âmbito da prestação de serviços de agenciamento aéreo de cargas no território nacional, deverá emitir a Declaração de Conteúdo Eletrônica (DC-e), previamente ao início de cada transporte, sempre que a operação não estiver acobertada por Nota Fiscal, em conformidade com o Ajuste SINIEF nº 05/2021, suas alterações e o respectivo Manual de Orientação.

4.32. Para fins de cumprimento desta obrigação, a contratada deverá:

4.32.1. emitir a DC-e em sistema eletrônico oficial das administrações tributárias ou em sistema próprio integrado, observando os requisitos técnicos e operacionais vigentes;

4.32.2. utilizar como base a Declaração de Transporte emitida pela ANA, assegurando a correspondência das informações, especialmente quanto:

- a) à identificação da ANA como remetente;
- b) ao destinatário;
- c) à descrição do conteúdo;
- d) à quantidade de volumes;
- e) ao valor declarado;
- f) aos locais de origem e destino;

4.32.3. obter a autorização de uso da DC-e junto à Secretaria da Fazenda competente, previamente ao início do transporte;

4.32.4. emitir e disponibilizar a Declaração Auxiliar de Conteúdo Eletrônica (DACE), em meio físico ou digital, para acompanhamento da carga;

4.32.5. disponibilizar à ANA, quando solicitado, a DC-e, a DACE e os respectivos comprovantes de autorização e demais eventos.

4.33. A emissão da DC-e possui natureza exclusivamente acessória, não gerando obrigação tributária nem afastando a imunidade constitucional da ANA, destinando-se ao controle fiscal e à regularidade do transporte.

4.34. A contratada será responsável pela correta emissão, guarda e regularidade da DC-e, respondendo por eventuais penalidades, autuações ou prejuízos decorrentes de inconsistências ou irregularidades.

4.35. O descumprimento das disposições previstas nesta cláusula caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando a contratada às sanções cabíveis.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.0.1. Os serviços serão prestados de forma eventual, de acordo com as demandas da ANA.

5.0.2. Os serviços relacionados ao Transporte Aéreo Nacional serão solicitados à Divisão de Logística e Serviços Gerais - DILOG da Coordenação de Recursos Logísticos da Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas – SAF

(DILOG/CGREL/SAF/ANA), unidade gestora do contrato, conforme demanda das unidades organizacionais da ANA, por e-mail ou por sistema próprio da ANA (caso seja desenvolvido), se for o caso, contemplando a Ordem de Serviço – documento nomeado “Declaração de Transporte”, para materiais e/ou equipamentos novos ou usados, que conterá as informações necessárias para providenciar os serviços previstos neste item. Mesmo que, em caráter excepcional, caso haja solicitação de coleta por telefone ou outros meios disponíveis, deverão ser efetuados os respectivos registros documentais destas solicitações.

5.0.3. O modelo da Ordem de Serviço utilizado poderá ser alterado assim que houver necessidade apresentada por qualquer uma das partes, por exigência legal, evolução tecnológica ou outros motivos cabíveis.

5.0.4. O quantitativo de volumes a serem transportados ao longo do contrato dependerá da demanda inerente ao calendário anual de eventos institucionais e do plano de trabalho da ANA, em consonância ao histórico de consumo da entidade.

5.0.5. A ANA fornecerá todas as informações essenciais, como tipo de material a ser transportado, quantitativo, endereço de origem e destino, horário, contatos e quaisquer outras que se fizerem necessárias à perfeita execução dos serviços contratados.

5.0.6. A Contratada vencedora deverá executar os serviços, conforme detalhamento a seguir:

5.0.6.1. A Contratada deve confirmar o recebimento da Ordem de Serviço por via eletrônica, no prazo máximo de 1 (UMA) HORA ÚTIL, para as solicitações realizadas pela ANA por e-mail ou pelo sistema próprio da ANA.

5.0.6.2. A Contratada deverá elaborar a estimativa preliminar de custo referente ao transporte relativo à Ordem de Serviço encaminhada em até 02 (DOIS) DIAS ÚTEIS, após autorização da Ordem de Serviço pela ANA.

5.0.6.3. Os valores das cotações/estimativas devem corresponder aos valores da proposta aceita pela contratante no momento da licitação. Caso os valores estejam divergentes daqueles firmados na proposta deverão ser justificados.

5.0.6.4. A Contratada deverá atuar de forma proativa para verificar todas as atividades, serviços e documentos necessários e relativos ao processo, de forma a apresentar cotações confiáveis, evitando cobranças posteriores e/ou à necessidade de cumprimento de exigências complementares que poderiam ser previstas já no momento da cotação.

5.0.6.5. Transportar as cargas e encomendas, em âmbito nacional, no sistema direto, na modalidade porta a porta, por meio aéreo, coletando no local de origem e entregando no local de destino em perfeitas condições, contemplando todas as operações pertinentes, inclusive, quando necessário, a embalagem, reembalagem e desembalagem dos materiais.

5.0.6.6. Receber e providenciar os despachos de cargas, quando da modalidade aérea, e eventuais redespachos, responsabilizando-se, no caso de extravio, pelo reembolso à CONTRATANTE.

5.0.6.7. Cumprir e acatar durante toda a vigência do contrato, todas as exigências e normas da ANAC e de outros órgãos que tenham jurisdição sobre o serviço contratado.

5.0.6.8. Utilizar-se de veículos adequados para a execução dos serviços, de forma a dar total segurança às mercadorias, mantendo-as protegidas de chuva e outras intempéries;

5.0.6.9. Efetuar a conferência das mercadorias e a serem retiradas do recinto de origem, certificando-se de que correspondem ao número de volumes constantes na “Declaração de Transporte”, sendo a Contratada responsável por comunicar imediatamente à ANA, por escrito ou via eletrônica se há indícios de avarias;

5.0.6.10. Avaliar as características do produto a ser transportado, providenciar o tipo de transporte adequado ou legalmente exigido, obter as autorizações devidas junto às autoridades competentes, quando se fizer necessário;

5.0.6.11. Até que ocorra a efetiva entrega nas dependências da ANA ou das entidades parceiras da ANA distribuídas em todas as capitais do território nacional, os equipamentos/materiais em trânsito ficarão sob a guarda e total responsabilidade da Contratada, atendendo-se às condições adequadas de conservação e segurança;

5.0.6.12. Observar que o Transporte Rodoviário inicial ou complementar, no percurso entre a ANA ou entre as entidades parceiras da ANA até os respectivos Aeroportos, deverá ser realizado em veículos apropriados para cada tipo de carga, com carroceria do tipo baú/furgão fechado, coberto por seguro em todas as etapas de transporte, quando da modalidade rodoviária.

5.0.6.13. Disponibilizar, quando solicitado pela CONTRATANTE, as informações de rastreamento e monitoramento das cargas transportadas, emitindo relatórios logísticos dos serviços.

5.0.6.14. Solicitar no ato da entrega do material, o atesto no conhecimento de transporte, mediante nome legível, assinatura do recebedor, número do documento de identidade ou identidade funcional/matricula, data e hora da entrega da carga, encaminhando as informações a CONTRATANTE.

5.0.6.15. Elaborar relatório mensal das atividades desenvolvidas em formato de texto ou planilhas em Excel, que será enviado por e-mail juntamente com o faturamento ao gestor do contrato em até 05 (CINCO) DIAS CORRIDOS do mês posterior ao da execução dos serviços. Esse relatório conterá a relação de cada serviço realizado com sua numeração de ordem de retirada, origem e destino da carga, data de retirada, data de entrega, valor de seguro, taxas, tarifas, preço total do serviço, companhia aérea, ocorrências e outras informações solicitadas pela CONTRATANTE.

5.0.6.16. Prestar esclarecimento de dúvidas quando requisitado, para busca de soluções de logística;

5.0.6.17. Recolher a carga no horário e local de origem indicado pela ANA a partir da solicitação do serviço, entregando no destino final no prazo estipulado, a depender a modalidade escolhida pela CONTRATANTE. Os prazos máximos estabelecidos para as coletas no Distrito Federal, capitais e regiões metropolitanas serão os seguintes:

- a) A coleta deverá ser efetuada na data e hora informados pela CONTRATANTE, após aprovação do orçamento encaminhado pela CONTRATADA.
- b) São consideradas regiões metropolitanas as áreas delimitadas pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

5.0.6.18. Os prazos para as solicitações de coleta em cidades do interior, se necessário, serão acordados entre CONTRATANTE e CONTRATADA, em função da logística envolvida na atividade, respeitando o limite máximo de 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS após aprovação do orçamento encaminhado pela CONTRATADA, a qual indicará a data e horário para a efetiva coleta;

5.0.6.19. O prazo máximo para a entrega das cargas e encomendas na modalidade aérea, contado da data posterior a coleta, será de até 04 (QUATRO) DIAS ÚTEIS para as capitais e regiões metropolitanas e 07 (SETE) DIAS ÚTEIS para cidades do interior.

5.0.6.20. Considerar dia útil o período de segunda à sexta-feira, excetuando-se aqueles considerados feriados nacionais no Brasil ou feriado oficial em todo o Distrito Federal;

5.0.6.21. Considerar hora útil o período das 8h às 11h e das 14h às 17h;

5.0.6.22. Atentar para que a entrega e/ou retirada dos bens nas dependências da ANA



ou das entidades parceiras da ANA distribuídas em todo o território nacional ocorra em dia de expediente normal, no horário compreendido entre 8h às 11h e das 14h às 17h;

5.0.6.23. Somente em casos excepcionais, devidamente justificados pela CONTRATADA e mediante anuência da DILOG/COREL/SAF, os prazos máximos de entrega dos materiais e/ou bens no local de destino, poderão sofrer alteração, devendo a CONTRATADA informar antecipadamente eventuais contratempos que impossibilitem a realização dentro do prazo definido.

5.0.6.24. Quando da constatação de qualquer fato superveniente (fatores climáticos, interrupções de estradas, fiscalizações tributárias, greves, dentre outras) que possa vir a tardar a entrega no prazo estipulado neste Termo de Referência, a CONTRATADA deve dar ciência escrita juntamente com os documentos comprobatórios à CONTRATANTE, que analisará a justificativa, podendo ser aceita ou não, a depender da situação que deu causa.

5.0.6.25. CONTRATANTE, em caráter emergencial, poderá exigir que a execução do serviço seja finalizada em prazo inferior ao fixado no item 5.1.10.19, desde que seja técnica e operacionalmente viável.

5.0.6.26. O reconhecimento da situação de emergência ocorrerá apenas em razão de necessidade do ANA, sendo pressuposto para a cobrança de taxa de emergência a existência de prévia solicitação e expressa autorização da CONTRATANTE. Coletas ou entregas executadas em finais de semana, feriados ou fora do horário de expediente a pedido da CONTRATANTE são passíveis de aplicação da taxa emergencial.

5.0.6.27. Poderá a CONTRATADA, por conveniência do serviço e cumprimento da pontualidade na entrega da remessa, em localidade não servida por linha aérea, providenciar o traslado por via rodoviária ou fluvial, desde que devidamente informados a CONTRATANTE.

5.0.6.28. Para o transporte na modalidade aérea, a logística referente ao traslado dos materiais via superfície entre os aeroportos e as unidades de origem e destino, para fins da coleta e entrega, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

5.0.6.29. Não será admitida a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, dentre outros.

5.0.6.30. Prestar os serviços com diligência e perfeição, cumprindo rigorosamente as normas pertinentes e o estabelecido no contrato, edital de licitação, no Termo de Referência e seus anexos e demais peças processuais.

5.0.6.31. Possuir suporte administrativo, aparelhamento e condições adequadas, bem como pessoal qualificado, disponíveis para a execução dos serviços contratados, mantendo ainda serviços de atendimento móvel por meio de celular, para monitoramento de casos emergenciais.

5.0.7. Todos os equipamentos e a mão de obra visando à execução dos serviços são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

5.0.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo gestor do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

5.0.9. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.0.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

5.0.11. A DILOG/CGREL/SAF, por meio do seu quadro de profissionais e seus supervisores, serão

os responsáveis por monitorar o atendimento prestado pela Contratada, estabelecendo contato direto com a mesma via telefone e/ou e-mail visando a comunicação para a gestão do contrato, ficando a Contratada passível de sanções administrativas, quando do não cumprimento de suas responsabilidades previstas neste Termo de Referência.

5.0.12. A forma de aferição quanto ao desempenho do objeto perpassará o seguinte critério: levantamento quanto aos parâmetros relativos à prestação dos serviços atinentes ao objeto.

5.0.13. É recomendável a CONTRATADA possua sede ou filial ou representante estabelecido no Distrito Federal, bem como, filiais ou representantes regionais em todas as capitais do Brasil, cujas obrigações descritas no Termo de Referência se estendem, nos casos aplicáveis. Esta orientação possui relação especialmente em virtude da possibilidade da remessa de materiais se originarem nos estados ou caso a carga transportada chegue fora do horário de expediente do órgão, devendo ficar retida em local seguro para entrega posterior.

### **Materiais a serem disponibilizados**

5.1. A contratada deverá disponibilizar os materiais necessários ao transporte e manuseio seguro da carga, observando os critérios de sustentabilidade previstos neste instrumento.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.2. Na proposta de preços, as licitantes deverão computar, nos valores do frete aéreo de acordo com a origem e o destino, todas as despesas necessárias à execução dos serviços, inclusive custos operacionais, taxas aeroportuárias, encargos administrativos, seguros, tributos, manuseio de cargas, sistemas de rastreamento, mão de obra envolvida, bem como quaisquer outros insumos diretos ou indiretos indispensáveis à adequada prestação do serviço.

5.3. Os preços deverão ser apresentados de forma discriminada, contemplando, para cada par de origem e destino, a tarifa mínima por remessa, aplicável quando o orçamento da remessa lhe for inferior, bem como o valor do frete por quilograma transportado.

5.4. A proposta deverá ser apresentada conforme a planilha constante do Anexo II.

5.5. Para fins de julgamento e aceitabilidade das propostas, o valor global deverá ser compatível com os valores máximos unitários definidos em cada trecho aéreo, conforme Anexo I, não sendo admitidas propostas que apresentem valores unitários superiores aos respectivos limites, hipótese em que serão desclassificadas.

5.6. O valor do seguro “Ad-Valorem”, será fixado em 0,68% (zero vírgula sessenta e oito por cento) para todos os licitantes.

5.6.0.1. A demanda indicada não constitui nenhum compromisso futuro para com a licitante vencedora contratada.

5.6.0.2. Todos os valores deverão ser indicados utilizando somente até a segunda casa decimal para evitar futuras diferenças de cálculo e arredondamento.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.7. Não se aplica ao caso concreto, pois se trata de serviços contínuo com execução sob demanda e de baixa complexidade.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da

contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.19.

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.21. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

### **Obrigações da Contratante**

6.22. Colocar à disposição da licitante vencedora contratada os elementos e informações necessários à prestação dos serviços.

6.23. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as

cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

- 6.24. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetiva prestação dos serviços, quando apresentadas na forma estabelecida neste Termo de Referência.
- 6.25. Notificar à Contratada por escrito a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, devendo recusar, com a devida justificativa, qualquer execução fora das especificações constantes na proposta e das condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 6.26. Supervisionar a execução dos serviços, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos.
- 6.27. Aplicar à licitante vencedora contratada as penalidades regulamentares e contratuais, quando necessário.
- 6.28. Deduzir e recolher os tributos devidos na fonte sobre os pagamentos efetuados à licitante vencedora contratada.

#### **Obrigações da Contratada**

- 6.29. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer, no que couber, os materiais e equipamentos, ferramentas ou instrumentos de trabalho necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 6.30. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo gestor do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 6.31. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 6.32. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 6.33. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 6.34. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 6.35. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.
- 6.36. Comunicar ao Gestor do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços ou com as cargas da CONTRATANTE.
- 6.37. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

- 6.38. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 6.39. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 6.40. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 6.41. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 6.42. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo de Referência, das boas práticas do mercado e da legalidade.
- 6.43. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 6.44. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6.45. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 6.46. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 6.47. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.
- 6.48. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.
- 6.49. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 6.50. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.
- 6.51. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- 6.52. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
- 6.53. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 6.54. Apresentar os prestadores de serviços devidamente identificados, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.
- 6.55. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução de serviços.

6.56. Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão.

6.57. Atender as solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo Gestor do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

6.58. Instruir seus prestadores de serviços quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

6.59. Instruir seus prestadores de serviços ou empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

6.60. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

### **IMR**

<b>Instrumento de Medição de Resultado (IMR)</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Finalidade	Garantir que os prazos de coletas e entregas sejam cumpridos pontualmente.
Meta a cumprir	100% das solicitações emitidas, dentro do prazo estabelecido.
Instrumento de Medição	Verificar se as datas de solicitação, coleta e entrega do serviço estão em consonância com os prazos fixados em contrato. Verificar se as datas de solicitação, coleta e entrega do serviço estão em consonância com os prazos fixados em contrato.
Forma de Acompanhamento	Planilha de Excel, contemplando: Coleta: assinatura da Ordem de Serviço (Declaração de Transporte) pela CONTRATADA no momento da retirada da carga. Entrega: assinatura da Ordem de Serviço (Declaração de Transporte) pelo destinatário final.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Cada Ordem de Serviço ou Declaração de Transporte será avaliada individualmente, a fim de se averiguar o registro de ocorrência (atraso na coleta ou entrega de cada carga).
Início de Vigência	A partir da assinatura do contrato.

Faixas de Ajustes no Pagamento	De 0 a 01 ocorrência: 100% do faturamento mensal. 02 ocorrências: 95% do faturamento mensal. 03 ocorrências: 90% do faturamento mensal. Acima de 03 ocorrências: 85% do faturamento mensal.
Sanções	O descumprimento dos prazos de coleta e de entrega poderá ainda ensejar na aplicação de sanções, conforme disposto no item 8 “Infrações e Sanções Administrativas” deste TR.
Observações	Será avaliado oportunamente os atrasos decorrentes de casos fortuitos, motivo de força maior ou conveniência administrativa da ANA.

### **Do Recebimento**

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta do CONTRATADO.

7.6. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços. Assim, no prazo de até cinco dias corridos após o fechamento mensal, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual, incluindo o relatório mensal das atividades desenvolvidas.

7.7. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.12. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.13. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.13.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.14. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.15. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no



recebimento provisório.

7.16. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.17. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.18. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.19. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.20. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.20.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.20.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.20.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.20.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.20.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.21. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.22. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.23. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.24. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.25. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.25.1. O documento de cobrança deverá ser peticionado diretamente pela CONTRATADA no

Sistema Eletrônico de Informações (SEI) na opção "Processo Novo --> Tipo do processo: 'Contratações: Processo de Pagamento'".

7.25.2. Para que o peticionamento seja possível é impreterível que o representante da CONTRATADA possua cadastro de usuário externo no SEI, sendo de sua responsabilidade realizar o referido cadastro, conforme suas normas próprias, acessando a opção "Clique aqui se você ainda não está cadastrado" na página de Acesso Externo do link a seguir: [SEI/ANA usuário externo](#)

7.25.3. Caso o representante da CONTRATADA não tenha procedido o mencionado cadastro como usuário externo no referido sistema, não será possível a realização do atesto.

7.26. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - o prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - o período respectivo de execução do contrato;
- V - o valor a pagar; e
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.27. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.28. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.29. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.29.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.29.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.30. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.31. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.32. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.33. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.34. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.35. No caso de atraso pelo Contratante, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma para o atraso, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o

termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice [IPCA] de correção monetária, seguindo a seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = [definir o índice], assim apurado:

$$I = (TX)/365$$

$$I = ([TX]/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual =

[acumulado do índice para últimos 12 meses definir o índice]

7.35.1. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

### **Forma de pagamento**

7.36. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.37. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.38. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.38.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.39. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reoneração gradual da folha de pagamento**

7.40. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.40.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.40.2. A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

### **Repactuação**

7.41. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.42. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.42.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.42.2. **Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.**

7.43. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado

a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.43.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.44. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.45. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.46. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.47. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.48. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.48.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.48.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.49. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.49.1. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.49.2. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.49.3. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.50. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento [indicar o índice a ser adotado], com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.51. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.52. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.53. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.54. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.55. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.56. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.57. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.58. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.59. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.60. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.61. 7.67. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.62. 7.68. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até [indicar o prazo], contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.63. 7.69. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.64. 7.70. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.65. 7.71. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.66. 7.72. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.67. 7.73. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.68. 7.74. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.68.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Θ

### **Reajuste**

7.69. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, na data da proposta.

7.70. Os preços unitários serão reajustados, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data do orçamento estimado da contratação, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data e início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, serão reajustados utilizando-se do Índice Nacional ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE.

7.71. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA], exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.72. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.73. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.74. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.75. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.76. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.77. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.78. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de crédito**

7.79. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.79.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.79.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão

de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.79.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.79.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.80. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções, observando o procedimento previsto no Manual de instrução de processos administrativos para apuração de infrações à Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos no âmbito da Superintendência de Administração e Finanças:

8.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. **Multa:**

8.2.4.1. Multa de acordo com as tabelas 1 e 2 abaixo, a ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

<b>TABELA 01 – VALORES DAS MULTAS CORRESPONDENTES À GRAVIDADE DA INFRAÇÃO</b>
---

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	multa moratória de 2% sobre o valor do faturamento mensal
2	multa moratória de 5% sobre o valor do faturamento mensal
3	multa moratória de 10% sobre o valor do faturamento mensal
4	multa compensatória de 5% sobre o valor total do contrato
5	multa compensatória de 10% sobre o valor total do contrato

<b>TABELA 02 –DA INFRAÇÃO</b>			
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO</b>	<b>GRAU</b>	<b>INCIDÊNCIA</b>
1	Reincidência em irregularidade para a qual tenha sido aplicada a sanção de advertência por escrito	1	Por ocorrência.
2	Não disponibilizar uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, bem como, endereço comercial e telefone de contato.	1	Por ocorrência.
3	Deixar de cumprir, injustificadamente, determinação formal ou instrução complementar do gestor ou fiscais do contrato.	1	Por ocorrência.
4	Não dar ciência à ANA, imediatamente e por escrito, de toda e qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços. No caso de avarias nos bens transportados ou de desaparecimento de algum item relacionado, este fato deverá ser devidamente descrito.	1	Por fato não comunicado.
5	Não manter Preposto responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante, para tratar com a ANA sobre os assuntos relacionados à execução do contrato.	1	Por ocorrência.
6	Não prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, atendendo às solicitações nos prazos especificados.	1	Por ocorrência.
7	Descumprir quaisquer outras obrigações previstas no Termo de Referência, que não tenham sido objeto de previsão específica. A penalidade será aplicada a partir d o segundo registro do acontecimento de mesma natureza.	2	Por ocorrência
8	Não embalar os objetos adequadamente, conforme solicitação da CONTRATANTE e condições estabelecidas neste instrumento.	2	Por ocorrência
9	Não fornecer todo o material e equipamentos adequados para as embalagens e transporte dos bens e demais materiais necessários para a remessa.	2	Por ocorrência
10	Não providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo gestor do contato, quanto à execução dos serviços contratados.	2	Por ocorrência
11	Não manter seus empregados devidamente identificados, com uso do uniforme e mediante uso permanente de crachá, fornecendo ainda equipamentos de proteção individual, conforme normas vigentes de segurança no trabalho.	2	Por ocorrência



**TABELA 02 –DA INFRAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
12	Não efetuar a pesagem da carga nas dependências da ANA, para posterior conferência com a Declaração de Transporte e com o Relatório de Execução dos Serviços Prestados, mesmo que não haja disponível balança de propriedade da ANA, quando do momento da coleta.	3	Por ocorrência
13	Não autorizar e assegurar à ANA o direito irrestrito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com a técnica e com o contrato e que não garanta a segurança e integridade dos equipamentos a serem transportados e ainda arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da Fiscalização do Contrato, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição dos fatos.	3	Por ocorrência
14	Não se responsabilizar por todo e qualquer dano ou extravio, assumindo o ônus e a execução dos respectivos reparos ou substituições.	3	Por ocorrência
15	Não elaborar o relatório mensal das atividades desenvolvidas em formato de texto ou planilhas em excel, contendo a relação de cada serviço realizado com sua numeração de ordem de retirada, origem e destino da carga, data de retirada, data de entrega, valor de seguro, taxas, tarifas, preço total do serviço, ocorrências e outras informações solicitadas pelo gestor do contrato.	3	Por ocorrência
16	Não zelar pela destinação, integridade e sigilo da carga a ser transportada.	4	Por ocorrência
17	Recusar-se, injustificadamente, a cumprir qualquer obrigação referente ao objeto do contrato.	4	Por ocorrência.
18	Não prestar os serviços em estrita obediência às condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato pactuado, bem como, não efetuar plenamente o transporte no sistema direto e porta a porta.	5	Por ocorrência
19	Não se responsabilizar por todas as despesas e tributos obrigatórios.	5	Por ocorrência
20	Não manter as apólices de seguros, referente ao Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Carga (RCTR-C) e de Responsabilidade Civil do Transportador Aéreo de Cargas (RCTA-C), dentro do prazo de validade, emitidas em nome da CONTRATADA, e outros que vierem a ser exigidos em lei federal, estadual ou municipal.	5	Por ocorrência
21	Não assumir todos os possíveis danos causados a carga transportada ou a terceiros, quando evidenciada culpa por ação ou omissão, imperícia, negligência, imprudência, desídia e desrespeito as normas de segurança e técnica quando da execução dos serviços por seus empregados ou prepostos ou ainda, decorrentes da má qualidade dos equipamentos empregados nas operações de carregamento e descarregamento.	5	Por ocorrência

TABELA 02 –DA INFRAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
22	Não manter, durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação.	5	Por ocorrência

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de

publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

8.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será continuado, por empreitada por preço unitário, uma vez que os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados e os quantitativos definidos são estimativos.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da

respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. **Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, válida até a data da realização da licitação ou emitida até um ano antes dessa data, caso o documento não especifique um prazo de validade.

9.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$SG = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

9.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.30.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.31. A licitante deverá cumprir os seguintes os requisitos técnicos:

9.31.1. Dentre os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor, está a apresentação de pelo menos um atestado ou declaração de capacidade em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou a contento o serviço de transporte de cargas na modalidade aérea que contemple a atuação nas cinco regiões geográficas do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul).

9.31.2. Para fins de comprovação da atuação nas cinco regiões geográficas do Brasil, é admitida a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnica, a uma única contratação (item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 05, de 2017).

9.31.3. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, uma vez que os equipamentos e materiais a serem transportados são críticos para o cumprimento das atribuições legais e regimentais da ANA, bem como para o monitoramento hidrológico e fornecimento de informações sobre a disponibilidade e a demanda de recursos hídricos em todo o país, a fim de subsidiar a tomada de decisão em processos de outorga, a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos e o acompanhamento de eventos hidrológicos.

9.31.4. O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.31.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 05, de 2017.

9.31.6. Apresentar declaração formal da disponibilidade de estrutura física e de pessoal especializado, por seu intermédio ou por intermédio de filiais ou agentes credenciados, no mínimo, em todas as capitais do país ou a declaração de que reúne condições de apresentá-la no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a data da assinatura do contrato, sob as penas cabíveis.

9.31.7. A licitante deverá cumprir com as disposições estabelecidas na Resolução ANAC

n.º 116, de 20 de outubro de 2009 e alterações (modalidade aérea).

9.31.8. Apresentar a comprovação de registro no RNTRC – Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas, em conformidade com as normas vigentes da Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT **em nome da licitante ou em nome da empresa subcontratada**.

9.31.9. Apresentar a comprovação de registro de Operador de Transporte Multimodal, expedido pela ANTT, nos termos do Decreto nº 3.411, de 12 de abril de 2000, Lei nº 9.611, de 19 de fevereiro de 1998 e Resolução nº 794, de 22 de novembro de 2004 da ANTT **em nome da licitante**.

9.31.10. A licitante deverá apresentar as apólices de seguros referentes ao Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Carga (RCTR-C) (cobertura de danos causados por acidente) e de Responsabilidade Civil do Transportador Aéreo de Cargas (RCTA-C) (cobertura da carga contra perda e danos), inclusive do seguro de Responsabilidade Civil Facultativa por Desaparecimento de Cargas (RCF-DC) (cobertura de roubo ou desaparecimento), dentro do prazo de validade, emitidas em nome da CONTRATADA, e outros que vierem a ser exigidos em lei federal, estadual ou municipal, em até 10 (dez) dias úteis após assinatura do contrato.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.32. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

9.37. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.37.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.37.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.37.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.37.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.37.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.37.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.37.6.1. ata de fundação;

9.37.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.37.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.37.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.37.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.37.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.37.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é máximo aceitável, é de R\$ 2.073.053,25 (dois milhões, setenta e três mil, cinquenta e três reais e vinte e cinco centavos), conforme custos unitários apostos nas tabelas do Anexo I, obtidos por meio da Pesquisa de Preços, documento SEI nº 0155914.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I - Gestão/Unidade: [443003/44205];

II - Fonte de Recursos: [1071000000];

III - Programa de Trabalho: [18.122.0032.2000.0001];

IV - Elemento de Despesa: [33.90.39]; e

V - Plano Interno: [20263020000];

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Compõem o presente documento os seguintes anexos:

12.2.1. Anexo I - TABELAS DE PREÇOS: SERVIÇOS GERAIS;

12.2.2. Anexo II - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS;

12.2.3. Anexo III - MODELO DA DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL;

12.2.4. Anexo IV – LISTA DOS PRINCIPAIS AEROPORTOS

12.2.5. Anexo V - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS EM EXCEL

O presente Termo de Referência segue assinado pelos membros da Equipe de Planejamento da Contratação, nos termos do art. 8º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 2022, e pela autoridade competente, a qual **aprova** o presente documento de planejamento.



Documento assinado eletronicamente por **Clarissa Fernandes Dutra, Técnico Administrativo**, em 15/06/2026, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Alves de Souza Neto, Superintendente Adjunto de Recursos Logísticos**, em 15/06/2026, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aristeu Pedro de Almeida, Chefe do Serviço de Logística e Serviços Gerais**, em 15/06/2026, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Wilson Da Silva Mendes, Coordenador de Gestão e Fiscalização da Execução de Contratos**, em 16/06/2026, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neuza de Oliveira, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas substituta**, em 16/06/2026, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ana.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ana.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0202972** e o código CRC **6D8CC94F**.